



POR UMA JUVENTUDE EM SAÍDA: APONTAMENTOS SOBRE O DOCUMENTO FINAL DO SÍNODO SOBRE A JUVENTUDE

TIAGO TADEU CONTIERO*

Resumo: A XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos ficou conhecida mundialmente como sendo “o Sínodo sobre a juventude” inovando ao trazer contribuições dos próprios jovens o que gerou grande otimismo e abriu perspectivas positivas para o futuro. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise do Documento Final do Sínodo sobre a Juventude apontando seus principais elementos e como os mesmos podem contribuir para que a relação Igreja-jovens seja mais próxima e mais frutífera.

Palavras-chave: Sínodo dos Bispos; Juventude; Igreja em Saída; Colegialidade.

Abstract: The XV Ordinary General Assembly of the Synod of Bishops was known worldwide as “the Youth Synod”, innovating by bringing contributions from the youth themselves, which generated great optimism and opened up positive prospects for the future. The purpose of this article is to present an analysis of the Final Document of the Synod on Youth, pointing out its main elements and how they can contribute to making the Church-Youth relationship closer and more fruitful.

Keywords: Synod of Bishops; Youth; Church; Collegiality

Introdução

Não causa surpresa o fato de que as atenções, não apenas de católicos, se voltam para o Vaticano sempre que ocorre um Sínodo. Isso ocorre por ser um dos poucos momentos em que a colegialidade da Igreja é praticada o que gera uma grande curiosidade em acompanhar os debates

.....
* Bacharel e Licenciado em História pela UNESP-Franca, Mestre e Doutor em Ciência da Religião pela PUC-SP. É professor do Claretiano – Centro Universitário de Rio Claro onde ministra diversas disciplinas para os cursos presenciais. É tutor de disciplinas dos cursos de História e Teologia do Claretiano – Centro Universitário de Batatais. tiagotc@outlook.com.



e deliberações. Além disso, por serem ocasiões que podem trazer novas luzes e posicionamentos sobre os temas abordados, possibilitando assim uma atualização doutrinária.

Foi com essa perspectiva por parte dos fiéis católicos e ampla atenção midiática que, entre os dias 3 a 28 de outubro de 2018, ocorreu a XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos que teve como tema “Os jovens, a fé e o discernimento vocacional” e que ficou apropriadamente conhecida desde o momento de sua convocação como sendo o “Sínodo sobre a Juventude”.

Avaliar e repensar a ação da Igreja junto aos jovens se mostra um tema mais do que necessário em um momento histórico onde o magistério eclesial se mostra menos efetivo em alcançar essa camada da população, o que se reflete diretamente na perda de fiéis que vem se acentuando na Europa e em outros locais do mundo. Soma-se a isso as graves e constantes denúncias de abusos contra crianças e jovens envolvendo membros do clero, algo que demanda uma resposta firme por parte da hierarquia eclesial.

Ademais, novas situações sociais surgiram e a Igreja tardou a se posicionar frente a elas. Destaque para os desafios oriundos do mundo digital e todas as questões que rodeiam a sexualidade e afetividade dos jovens. A partir desses breves levantamentos já se torna visível a importância e urgência de se tratar esse tema.

Feitos tais apontamentos, analisar o Documento Final do Sínodo sobre a Juventude é de fundamental relevância não somente para compreensão do texto em si, mas principalmente por ser ele entendido como um ponto de partida para as ações seguintes da Igreja junto aos jovens, servindo, portando, não como um elemento conclusivo e fechado em si, mas principalmente como a abertura para uma nova relação Igreja-jovens.

1. Os Sínodos e a colegialidade pós-Vaticano II

Antes de tratarmos especificamente do Sínodo sobre a Juventude, afim de que tenhamos uma adequada compreensão do tema, faz-se necessário esclarecer o que são os Sínodos e qual a posição ocupada por eles no interior da Igreja após o término do Concílio Vaticano II.

O Sínodo dos Bispos fora constituído pelo Motu Proprio *Apostolica Sollicitudo*, do Papa Paulo VI, em 1965, sendo uma consequência direta do Concílio, conforme é possível observarmos nas palavras do próprio Paulo VI:

Era conveniente, pois, sobretudo durante a celebração do Concílio Ecumênico Vaticano II, afiançar em nosso animo a certeza da necessidade e importância de fazer



um uso cada vez maior da colaboração dos Bispos, para o bem da Igreja universal. Também o Concílio nos brindou com a oportunidade de conceber a ideia de constituir um conselho especial de Bispos com a finalidade de que, mesmo terminado o Concílio, continue chegando ao povo cristão aquela abundância de benefícios que felizmente foram gerados durante o tempo do Concílio, como frutos da nossa íntima união com os Bispos (PAULO VI, 1965, tradução nossa).

Durante o Concílio a Igreja notou a importância de se estabelecer uma colaboração permanente dos Bispos para com o Papa, favorecendo assim uma maior e mais eficaz participação dos bispos na condução da Igreja. Nesse mesmo sentido, é válido destacarmos que ainda nos primeiros parágrafos da *Apostolica Sollicitudo*, Paulo VI destacou que sua decisão em constituir o Sínodo dos Bispos foi consequência de um exame cuidadoso dos “Sinais dos Tempos”, expressão que se fez presente ao longo de todo Concílio e que estabelece uma ligação direta entre a ação do Pontífice e o evento Conciliar.

Ademais, tal anseio é evidenciado pela *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, mais especificamente em Capítulo III: A constituição hierárquica da igreja e em especial o episcopado. Nesse capítulo, afirma-se:

Assim como, por instituição do Senhor, S. Pedro e os restantes Apóstolos formam um colégio apostólico, assim de igual modo *estão unidos entre si o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos. A natureza colegial da ordem episcopal, claramente comprovada pelos Concílios ecumênicos celebrados no decurso dos séculos, manifesta-se já na disciplina primitiva, segundo a qual os Bispos de todo o orbe comunicavam entre si e com o Bispo de Roma no vínculo da unidade, da caridade e da paz; e também na reunião de Concílios, nos quais se decidiram em comum coisas importantes, depois de ponderada a decisão pelo parecer de muitos; o mesmo é claramente demonstrado pelos Concílios Ecumênicos, celebrados no decurso dos séculos. [...].* (Lumen Gentium, n. 22, destaque nosso).

O texto conciliar é claro ao resgatar a natureza colegial da ordem episcopal que se manifestava mais vivamente na Igreja Primitiva e que se refletiu ao longo dos séculos na realização dos Concílios. Reforça-se nesse trecho que tais reuniões se mostraram positivas a partir das decisões tomadas em conjunto e cujos frutos foram essenciais para o caminhar da Igreja.

A afirmação de que a Colegialidade era algo próprio da Igreja primitiva está presente também em Ratzinger (1965) quando afirma que a retomada da mesma pelo Concílio Vaticano II



pode ser compreendido como sendo um fruto da dedução e interpretação das Escrituras, refletindo o caráter comunitário vivido nos primeiros tempos do cristianismo.

Desse modo, o estabelecimento do Sínodo dos Bispos foi uma consequência direta do Concílio Vaticano II que sabiamente recuperou a imagem primitiva de um governo colegial da Igreja, sob a liderança efetiva do sucessor de Pedro, mas com a participação ativa dos bispos do mundo todo, algo que reforça também o caráter universal da Igreja.

Paulo VI, ao constituir o Sínodo, estabeleceu a finalidade do Sínodo. Segundo o Pontífice:

Corresponde ao Sínodo dos Bispos, pela sua própria natureza, a tarefa de informar e aconselhar. Poderá gozar também do poder deliberativo quando concedido pelo Romano Pontífice, a quem corresponderá, nesse caso, ratificar a decisão do Sínodo.

1. As finalidades gerais do Sínodo dos Bispos são:

- a) fomentar a íntima união e colaboração entre o Sumo Pontífice e os Bispos do mundo todo;
- b) procurar que se tenha conhecimento direto e verdadeiro das questões e das circunstâncias que afetam a vida interna da Igreja e sua ação própria no mundo atual;
- c) facilitar a concordância de opiniões, ao menos quanto aos pontos fundamentais da doutrina e ao modo de proceder da vida da Igreja (PAULO VI, 1965, tradução nossa).

Como visto, não se tratam de finalidades simples de serem alcançadas, merecendo destaque o item “b”, onde fica evidente que Paulo VI tinha clareza de que a contribuição dos bispos favoreceria o conhecimento mais amplo sobre a vida interna da Igreja no mundo atual, facilitando assim a melhoria do diálogo e da ação da Igreja no mundo.

A partir de sua Constituição, ocorreram até o momento o total de quinze Assembleias Gerais Ordinárias que versaram sobre diversos temas, tais como: preservação da fé, o sacerdócio, a evangelização, a catequese, a família, o episcopado, a eucaristia, etc. Sendo que o último, como já indicamos, teve como tema a juventude.

Além dessas, ocorreram outras três Assembleias Gerais Extraordinárias e dez Assembleias Especiais, sendo que está prevista a 11ª Assembleia Especial para 2019, tratando especificamente sobre a questão da Amazônia. Com isso, em cinquenta e quatro anos desde sua constituição, a



Igreja já realizou 28 Sínodos, sendo que o 29º está em vistas de ocorrer. Tais números demonstram que a Igreja decisivamente se abriu para a prática colegial e tem colhido excelentes frutos, confirmando assim a previsão feita por Paulo VI.

2. O Sínodo sobre os jovens

Feitas as considerações acerca do Sínodo, entendido aqui como uma consequência do resgate da Colegialidade efetuado pelo Vaticano II, passemos a alguns apontamentos acerca da XV Assembleia Geral Ordinária. A mesma teve seu tema (Os jovens, a fé e o discernimento vocacional) divulgado no dia 06 de outubro de 2016, a partir de um anúncio oficial feito pelo Papa Francisco.

O início dos trabalhos preparatórios se deu a partir da divulgação do tema. Em 13 de janeiro de 2017, o Vaticano tornou público o Documento Preparatório e também uma carta do Papa Francisco dirigida diretamente a todos os jovens. São os dois primeiros textos oficiais sobre o Sínodo.

Por indicar os objetivos do Sínodo, bem como o motivo do mesmo ser dirigido especificamente aos jovens, o conhecimento e compreensão desses dois documentos se mostra de grande importância para que tenhamos condições de efetuar uma análise mais adequada do Documento Final.

Na sua carta, Francisco afirma que trouxe os jovens ao centro do Sínodo por “tê-los no coração”. Ao longo do texto, o Pontífice explora outros elementos que geram essa inquietação em seu interior e que contribuíram para essa decisão. Dois elementos se sobressaem na carta. O primeiro deles é que ao fazer menção aos jovens que são obrigados a deixar sua terra e cujo clamor sobe a Deus, Francisco claramente se refere a grave situação dos inúmeros refugiados. Também indica as condições de “confusão e atordoamento” que parecem reinar no mundo, condições essas que impedem que os jovens tenham um discernimento adequado de seus caminhos.

Fiel as ações que têm caracterizado seu pontificado, Francisco esclarece que o Sínodo não será apenas um momento de debates entre clérigos, mas que a voz dos jovens deverá ser ouvida. Nas palavras do Papa:

Também a Igreja deseja colocar-se à escuta da vossa voz, da vossa sensibilidade, da vossa fé; até das vossas dúvidas e das vossas críticas. Fazei ouvir o vosso grito, deixai-o ressoar nas comunidades e fazei-o chegar aos pastores (FRANCISCO, 2017).



Desse modo, torna-se possível afirmarmos que o Sínodo para a Juventude seria um momento oportuno para que a Igreja pudesse ouvir os jovens, suas críticas, seus problemas, seus anseios. Trata-se, ao fundo, de uma visão mais ampla sobre a própria colegialidade do Sínodo em si, onde a participação dos jovens se faria efetiva e de suma importância.

Todos esses elementos apontados pelo Papa Francisco como essenciais para o Sínodo e que justificam a escolha do tema da juventude, estão também presentes e são devidamente aprofundados no Documento Preparatório, promulgado no mesmo dia. Esse último é constituído de três passos, como o próprio texto afirma:

[...]. Começa-se delineando resumidamente algumas dinâmicas sociais e culturais do mundo em que os jovens crescem e tomam as suas decisões, para propor uma sua leitura de fé. Depois, percorrem-se de novo as passagens fundamentais do processo de discernimento, o qual constitui o principal instrumento que a Igreja deseja oferecer aos jovens para descobrir a própria vocação, à luz da fé. Finalmente, salientam-se os pontos fundamentais de uma pastoral juvenil vocacional. Por conseguinte, não se trata de um documento completo, mas de uma espécie de mapa que tenciona incentivar uma procura cujos frutos somente estarão disponíveis no final do caminho sinodal (SÍNODO, 2017).

Observa-se, a partir da citação acima, que há uma preocupação em se compreender as dinâmicas sociais e culturais onde os jovens se inserem. Ou seja, antes de se oferecer o ensinamento da Igreja, há o reconhecimento em se compreender em qual local o jovem se insere, quais as especificações e diversidades sociais e culturais, algo que certamente afeta o magistério em si. Esse componente é importante pois demonstra uma preocupação em entender, em ouvir e conhecer antes de ensinar. Entretanto, conforme afirmamos acima e a própria citação deixa claro, esse Documento Preparatório consistiu em um mapa para que o Sínodo pudesse traçar e alcançar os objetivos almejados. Após esse processo, em 08 de maio de 2018, foi apresentado o *Instrumentum Laboris*, resultado de consultas aos jovens e fundamentado nos documentos anteriores. Esse documento, como o próprio nome indica, consiste já no material de trabalho a ser usado na Assembleia do Sínodo. Quanto a forma do texto em si:

[...] é estruturado em três partes e retoma os temas de forma funcional em relação ao andamento da Assembleia Sinodal em outubro, segundo o método de discernimento: a I parte, ligada ao verbo “reconhecer”, recolhe em cinco capítulos e em diferentes perspectivas vários momentos de escuta da realidade, fazendo um balanço



da situação juvenil; a II Parte, orientada pelo verbo “interpretar”, oferece em quatro capítulos algumas chaves de leitura sobre as questões decisivas apresentadas ao discernimento do Sínodo; a III Parte, com o objetivo de chegar a “escolher”, em quatro capítulos recolhe diferentes elementos para ajudar os Padres Sinodais a tomar uma posição acerca das orientações e decisões a serem tomadas (SÍNODO, 2018a).

Hoje, tendo o Sínodo já concluído, é possível constatar que tanto os dois documentos indicados aqui, bem como a carta do Papa Francisco aos jovens, serviram como um norte para o desenvolvimento dos trabalhos sinodais, e influenciaram o conteúdo do documento final em seus principais aspectos.

3. O Documento Final

O Documento Final, aprovado no dia 27 de outubro de 2018, é composto por três partes com quatro capítulos cada uma. Esse conteúdo é antecedido por uma Introdução e um Proêmio. Em seu final, uma aguardada Conclusão que se mostra relativamente curta no conjunto dos doze capítulos. Faremos uma análise do que considerados ser os principais aspectos desse documento.

A Introdução reforça o caráter colegial do Sínodo e a importância da diversidade cultural que se sentiu e se viveu ao longo de todas as atividades e que reflete a universalidade da Igreja. Também esclarece o valor das contribuições não apenas dos clérigos, mas também dos jovens do mundo todo durante o primeiro momento de preparação do Sínodo e que se fizeram ecoar no debate.

Ainda na Introdução, os Padres Sinodais esclarecem o que entendem pelo Documento Final e qual a importância do mesmo. Nesse sentido, afirmam:

É importante elucidar a relação entre o *Instrumentum laboris* e o Documento final. O primeiro é o quadro de referência unitário e sintético que sobressaiu depois de dois anos de escuta; o segundo é o fruto do discernimento realizado e contém os núcleos temáticos generativos, sobre os quais os Padres sinodais se concentraram com particular intensidade e paixão. Portanto, reconhecemos a diversidade e a complementaridade destes dois textos.

Este Documento é oferecido ao Santo Padre (cf. Francisco, *Episcopalis communio*, n. 18; Instrução, art. 35 § 5) e também à Igreja inteira como fruto deste Sínodo. Dado que o percurso sinodal ainda não terminou, prevendo-se uma fase de aplicação (cf.



Episcopalis communio, nn. 19-21), o Documento final será um roteiro para orientar os próximos passos que a Igreja é chamada a dar (SÍNODO, 2018b).

Conforme o excerto acima, os Padres Sinodais reconhecem a diferença entre o instrumento de trabalho e o Documento Final, ressaltando a importância de cada um para o conjunto do Sínodo. Igualmente importante é a afirmação de que o percurso sinodal deve ter continuidade e que esse Documento é o roteiro a orientar os próximos passos da ação da Igreja junto à juventude – e também da própria juventude em todos os ambientes.

O Proêmio consiste numa breve explicação sobre a metodologia utilizada na composição do Documento, bem como os motivos que levaram a escolha da passagem dos discípulos de Emaús (Lc 24,13-35) como sendo uma espécie de condutor de todo o texto. Segundo o documento:

Esta página exprime bem aquilo que experimentamos no Sínodo e o que gostaríamos que cada uma das nossas Igrejas particulares pudesse viver na sua relação com os jovens. Jesus caminha com os dois discípulos que, incapazes de entender o sentido do que Lhe acontecera, se retiram de Jerusalém e da comunidade. Para estar em sua companhia, percorre o caminho com eles. Interroga-os e escuta com paciência a sua versão dos acontecimentos, para os ajudar a reconhecer aquilo que estão a viver. Depois, com afeto e energia, anuncia-lhes a Palavra, levando-os a interpretar à luz das Escrituras os factos que viveram. Aceita o convite para ficar com eles ao anoitecer: entra na noite deles. Enquanto O escutam, os seus corações abrasam-se e as suas mentes iluminam-se; na fração do pão, abrem-se os seus olhos. São eles mesmos que decidem retomar sem demora o caminho na direção oposta, para regressar à comunidade e compartilhar a experiência do encontro com o Ressuscitado (SÍNODO, 2018b).

Em outras palavras, os Padres Sinodais entendem que o episódio dos discípulos de Emaús se enquadra perfeitamente dentro da metodologia aplicada ao Sínodo: a escuta como ponto de partida e elemento fundamental que antecede o ensinamento, sendo que esse é o responsável por abrir o coração e conduzir a uma mudança de vida, o regresso à comunidade. Tendo essa perspectiva em vista, é mais compreensível a própria estrutura do documento e os temas abordados.

Essa premissa justifica o fato de que o Capítulo I da I Parte tem logo em seu início uma explanação sobre a importância da escuta. Nesse ponto, é interessante notarmos a crítica feita à Igreja que muitas vezes não soube ouvir os jovens, mas apresentou respostas pré-fabricada e que nem sempre supriram a necessidade ou expectativa de seus interlocutores.



A diversidade de contextos e culturas é outro tema importante nessa parte inicial do documento. Reconhece-se a pluralidade cultural, sua importância e especificidades bem como os problemas e desafios enfrentados em um mundo globalizado. Mesmos aspectos são analisados quanto a situação da Igreja, a formação dos seminaristas e atividades desenvolvidas pelas pastorais dos jovens.

As novidades do mundo digital são apresentadas em seus aspectos positivos e negativos. Em seguida, o documento se volta para a situação do migrante. Aqui, a migração é entendida como fenômeno global que gera violência e vulnerabilidade. O papel da Igreja frente a migração não pode ser ignorado e evidentemente os Padres Sinodais têm consciência disso.

Igualmente relevante e pertinente é a análise sobre a questão da família. Os Padres Sinodais apresentam a família como sendo a primeira comunidade de fé. Interessante a análise feita sobre a função dos pais, em especial o alerta para o enfraquecimento da figura paterna.

Ainda no I Capítulo, destaca-se o firme compromisso assumido contra todo tipo de abuso cometidos por todos aqueles que possuem alguma posição no interior da Igreja. O Documento Final assume a posição de seguir rigorosamente investigando e punindo quem cometeu atos de violência e abuso, indo mais além, buscando evitar que os mesmos se repitam.

Fechando esse I Capítulo, os Padres Sinodais se voltam para o significado de ser jovem hoje, destacando aspectos da cultura juvenil atual sem se esquecer da espiritualidade e religiosidade particulares dos jovens. Bastante simbólico que a I Parte se encerre ressaltando a participação e protagonismo dos jovens na Igreja.

A II Parte se mostra o centro do Documento Final e tem como fio condutor a expressão “Os Seus olhos abriram-se”. Seguindo a passagem dos discípulos de Emaús, esse momento corresponde àquele no qual Jesus explicou aos discípulos tudo que estava ocorrendo e, por fim, abriu-lhes os olhos. Trata-se do posicionamento da Igreja que, tendo ouvido as inquietações e anseios dos jovens, dirige à eles sua mensagem.

Jesus é apresentado pelos Padres Sinodais como sendo “jovem entre jovens”. Evidentemente, trata-se do modelo a ser seguido por todos os jovens em todos os momentos de suas vidas. Ainda no Capítulo I dessa II Parte, a explanação sobre a liberdade merece destaque. Para os Padres Sinodais a Igreja não tira a liberdade, mas a associa diretamente com a caridade, com o reconhecimento do outro. Trata-se de uma visão muito mais profunda sobre o sentido próprio da liberdade, visão essa que certamente merecerá um trabalho constante no futuro.



O acompanhamento constante dos jovens, entendido aqui como algo próprio da missão da Igreja ganha destaque. Para o Sínodo, é importante que se pense em um acompanhamento integral, que saiba como compreender os jovens e efetuar correção fraternal, deixando de lado os falsos moralismos. Ao nosso entender, esse componente se relaciona diretamente com o discernimento, componente seguinte do Documento. Para os Padres Sinodais, a Igreja se mostra como sendo o lugar mais apropriado para o discernimento.

A III Parte se embasa na afirmação “Voltaram imediatamente”, remetendo de maneira direta ao caráter missionário. Observa-se uma conclusão metodológica: após ouvir, a Igreja ensina e, com o coração revigorado, os jovens partem para a missão. Esse é o intento explícito do Documento que elege Maria Madalena como o modelo a ser seguido. De modo geral, essa Parte III já funciona como uma conclusão satisfatória para alguns dos pontos levantados ao longo do Documento.

O Capítulo I dessa última parte é dedicado a Sinodalidade Missionária da Igreja que ressalta o “dinamismo sinodal” que pode ser definido por uma ampla participação nas decisões e na vida da Igreja. Um modelo menos centralizado e efetivamente mais participativo. Isso se expressa mais claramente no trecho abaixo:

O Sínodo pede para tornar efetiva e normal a participação ativa dos jovens nos lugares de corresponsabilidade das Igrejas particulares, assim como nos organismos das Conferências Episcopais e da Igreja universal. Além disso, pede que, no Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, se reforce a ação do Departamento dos Jovens inclusive através da constituição dum organismo de representação dos jovens a nível internacional (SÍNODO, 2018b).

Esse trecho é interessante não apenas por abordar a importância da participação ativa dos jovens e a corresponsabilidade dos mesmos na vida da Igreja, mas principalmente por indicar ações práticas para que essa participação se torna efetiva. Essa postura se repetirá em diversos outros momentos, incluindo a proposta de se criar uma Pastoral da Juventude com “chave vocacional”.

O Capítulo III da Parte III se mostra um dos mais emblemáticos do Documento e também o mais polêmico, dado os temas que são ali trabalhados, retomando inclusive assuntos que foram levantados na Parte I para então aprofundá-los com maior detalhamento. A missão e os desafios da Igreja frente ao ambiente digital é um desses pontos. Os jovens são convidados a



assumir esse ambiente e utilizá-lo para a evangelização. Ademais, propõe-se a criação de organismos eclesiais próprios para a evangelização desses meios.

A proteção e acolhida aos migrantes, bem como a atuação da mulher na Igreja são outras questões que já tinham sido ao menos mencionadas anteriormente e que aqui aparecem afim de expor as posições e propostas da Igreja. O Documento se volta para a questão da sexualidade, oferecendo uma contribuição impar para esse assunto.

Tratando especificamente da sexualidade, os Padres Sinodais afirmam:

No atual contexto cultural, a Igreja tem dificuldade de transmitir a beleza da visão cristã da corporeidade e da sexualidade, tal como aparece na Sagrada Escritura, na Tradição e no Magistério dos últimos Papas. Por isso, é urgente uma busca de modalidades mais adequadas, que se traduzam concretamente na elaboração de renovados caminhos de formação. É necessário propor aos jovens uma antropologia da afetividade e da sexualidade, capaz de dar também o justo valor à castidade, mostrando com sabedoria pedagógica o seu significado mais autêntico para o crescimento da pessoa, em todos os estados de vida. Trata-se de apostar numa escuta com empatia, no acompanhamento e no discernimento, atendo-se à linha indicada pelo Magistério recente. Para isso, é preciso cuidar da formação de agentes pastorais que sejam credíveis, a começar pelo amadurecimento das próprias dimensões afetiva e sexual. (SÍNODO, 2018b).

A citação acima é emblemática ao reconhecer novamente as dificuldades enfrentada atualmente pela Igreja para transmitir a beleza da visão cristã sobre a sexualidade. Reconhecendo o problema, indica a necessidade de se buscar um novo e renovado caminho. O caminho proposto é o trabalho de uma antropologia da afetividade e da sexualidade, apostando na formação de agentes de pastoral que tenham aptidão para acompanhar os jovens, ouvi-los e auxiliar no discernimento.

Ainda sobre a questão da sexualidade, os Padres Sinodais reiteram o posicionamento contrário da Igreja a qualquer tipo de discriminação fundamentado em elementos sexuais. Reforça ainda que em muitas paróquias já existe acompanhamento de fé à homossexuais, algo que deve ser aprofundado.

No seu último capítulo, o Documento se volta para a formação integral. Segundo o Sínodo:

O pragmatismo fala-nos numa visão antropológica da pessoa como totalidade e numa maneira de conhecer que não separa mas capta as conexões, aprende da expe-



riência relendo-a à luz da Palavra, deixa-se inspirar mais por testemunhos exemplares do que por modelos abstratos. Isto exige uma nova abordagem da formação, que aponte para a integração das perspectivas, torne capaz de compreender o entrelaçamento dos problemas e saiba unificar as várias dimensões da pessoa. Esta abordagem está em profunda sintonia com a visão cristã que contempla, na encarnação do Filho de Deus, a união inseparável do divino e do humano, da terra e do céu (SÍNODO, 2018b).

A proposta do Sínodo é na compreensão antropológica da pessoa em sua totalidade, não separando as conexões, mas sim entendendo que os diversos problemas podem ser interligados – e certamente são. Essa visão integral da pessoa, que tantas vezes é ignorada em nossa sociedade se mostra a mais pertinente para que se elabore propostas de formação que sejam igualmente integrais, preocupadas com a pessoa como um todo, não apenas com alguma de suas dimensões.

A breve conclusão do Documento Final é um chamado, ao mesmo tempo que uma lembrança: todas as vocações conduzem à santidade, direcionam para esse fim. Além disso, por meio dessa vocação à santidade é que as diferentes formas de vida se articulam.

4. Análise geral

A análise do Documento Final da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos nos leva a crer que, mesmo se todas as expectativas não tenham sido alcançadas, ao menos um direcionamento claro fora emanado e isso por si só já se mostra como sendo positivo.

O modo como a Igreja se abre aos jovens, atribuindo à juventude o dever de assumir seu papel de protagonismo é algo de grande importância. Isso só foi possível a partir da dinâmica da “escuta” que favoreceu ao Sínodo a compreensão dos anseios dos jovens do mundo todo. O Sínodo indica ainda caminhos para tornar essa participação efetiva, caminhos esses que não podem ser ignorados.

Igualmente válido é o reconhecimento dos abusos cometidos por membros do clero e a exigência de que a Igreja assuma uma postura mais rígida na punição desses transgressores, algo que acreditamos que esteja ocorrendo já nos últimos pontificados.

As novidades trazidas pelo mundo digital – positivas e negativas – também estão presentes no Documento Final. Efetivamente, não é possível falar sobre juventude sem considerar o ambiente virtual e a proposta para a juventude católica é se fazer presente nesse ambiente, evangelizando. O Sínodo não pede a negação ou afastamento, mas sim a presença e a ação concreta.



Com relação à sexualidade, esperava-se uma postura mais aberta por parte do Sínodo, postura essa que deixasse ainda mais claro a posição da Igreja frente a questões como igualdade de gênero, ou possíveis papéis exercidos por homossexuais na Igreja, por exemplo. De certa maneira, essas questões estão presentes no documento, mas não de uma maneira tão clara e definitiva como poderiam estar. Mesmo assim, analisando as votações, a abordagem sobre a sexualidade apresentou o maior número de votos contrários (65), algo bem emblemático.

O desejo expresso de ter o Documento Final utilizado como uma bússola simboliza a confiança dos Padres Sinodais no trabalho desenvolvido e abre perspectivas interessantes para o futuro. Contudo, por estarmos ainda muito próximos do se encerramento, é cedo para cravarmos as consequências reais do Sínodo para com os jovens e para a relação desses com a Igreja.

Contudo, reiteramos que um bom norte fora estabelecido e aberturas maiores ainda podem ocorrer em decorrência da implantação de tudo aquilo que o Sínodo apontou como sendo necessário.

Considerações finais

Não há como não ver o Sínodo como um elemento que contradiz a imagem de uma Igreja cuja autoridade é centrada quase que exclusivamente na imagem de seu líder máximo, o Papa. O Sínodo reflete um elemento colegial onde diversos pontos de vista são debatidos e refletidos, sendo essa abertura uma das maiores e mais expressivas consequências do Vaticano II.

A XV Assembleia Geral Ordinária, ao voltar sua atenção para os jovens, levantou um debate urgente sobre a relação Igreja-juventude. Foi além, ao se propor a ouvir dos jovens quais são seus problemas e o que eles anseiam da Igreja. Essa escuta se refletiu em seus documentos, possibilitando não apenas uma compreensão mais detalhada sobre a juventude atual, mas também abrindo opções de ações.

O Documento Final traz em seu anterior muito do que já estava presente no *Instrumentum laboris* e reflete vivamente esse caráter colegial, favorecendo o diálogo com a juventude do mundo todo a partir do local onde estão. Seu texto aborda temas polêmicos e quando não se aprofunda adequadamente, ao menos deixa espaço para que isso ocorra na prática.

Ao se apresentar enquanto uma bússola, o Documento abre a possibilidade de que o debate sinodal continue nas Conferências Episcopais, Dioceses, Paróquias, Comunidades, etc. Apenas com o tempo teremos condições de indicar quais frutos surgiram do Sínodo e quais suas principais consequências, mas desde já é possível constatar que há boas perspectivas, principalmente no que tange ao clamor para que os jovens assumam sua missão.

Os Padres Sinodais deixam claro que os jovens são chamados ao trabalho missionário, seja ele no ambiente do mundo ou ainda no ambiente virtual. Fazendo alusão ao que Francisco sempre pede – uma Igreja em saída –, o Sínodo clama para que os jovens estejam “em saída”,



prontos para a atividade missionária em todos os meios, prontos a seguir o exemplo de Cristo e se tornarem eles próprios exemplos para outros jovens, algo que fica muito nítido quando aborda o chamado dos cristãos a santidade.

Para ajudar a juventude, mais do que simplesmente indicar o caminho, a Igreja reforça seu aspecto de “mãe e maestra”. Mãe por acolher todos os jovens sem distinção de raça, sexo, cultura, etc. Maestra por se propor a formar todos de uma maneira integral, efetivamente mais humana e que valorize os jovens em sua individualidade.

Pedir para que os jovens estejam prontos “para sair” em missão é deveras ambicioso e o documento expressa isso muito bem. Porém, é algo factível a partir das aberturas trazidas pelo Documento e, principalmente, se a mensagem o Sínodo for corretamente aplicada, algo que ainda é prematura afirmar.

Referências bibliográficas

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997.

FRANCISCO (Papa). Carta do Papa Francisco aos jovens por ocasião da apresentação do documento preparatório para a XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos. 2017. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2017/documents/papa-francesco_20170113_lettera-giovani-doc-sinodo.html. Acesso em: 17/fev/2019.

PAULO VI (Papa). *Apostolica sollicitudo*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/en/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19650915_apostolica-sollicitudo.html. Acesso em: 18/fev/2019.

RATZINGER, J. As implicações pastorais da doutrina sobre a colegialidade dos Bispos. *Concilium*, v. 1, n. 1, p. 27-49, jan. 1965.

SÍNODO DOS BISPOS. Documento preparatório. 2017. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20170113_documento-preparatorio-xv_po.html. Acesso em 17/fez/2019.

_____. *Instrumentum Laboris*. 2018a. Disponível em: <http://www.synod2018.va/content/synod2018/pt/instrumentum-laboris--os-jovens--a-fe-e-o-discernimento-vocacion.html>. Acesso em: 17/fev/2019.

_____. Documento final. 2018b. Disponível em: <http://www.synod2018.va/content/synod2018/pt/documento-final-del-sinodo-dos-bispos--os-jovens--a-fe-e-o-disce.html>. Acesso em: 17/fev/2019.

Recebido em 15/03/19

Aprovado em 28/03/19